

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
CASTELO BRANCO



ATA DA SESSÃO
ORDINÁRIA DE
2021/09/01

ATA N.º 07



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

ATA N.º 7/2021

Ao primeiro dia do mês de setembro de 2021, pelas 9 horas e 30 minutos, reuniu em Sessão Ordinária, no Cine Teatro-Avenida, a Assembleia Municipal de Castelo Branco, cuja mesa, foi presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, Arnaldo Jorge Pacheco Braz, pelo Primeiro Secretário, Francisco Manuel Pombo Lopes (em substituição de Carlos Simão Martins Mingacho) e pela Segunda Secretária, Teresa Paula Baptista dos Santos Crúzio Freire, com a seguinte ordem de trabalhos:

I - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

A preencher nos termos do Regimento.

II - PERÍODO DA ORDEM DO DIA

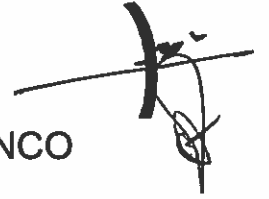
Ponto 1 - Apreciar uma informação do Presidente da Câmara sobre a atividade municipal e situação financeira do Município.

Ponto 2 - Discussão e votação da proposta de “3.ª Revisão Orçamental Modificativa do Ano 2021”. **(Proposta n.º. 33/2021)**

Ponto 3 - Discussão e votação da proposta de “Celebração de Contratos Interadministrativos com Juntas e União de Freguesias”:

3.1. União das Freguesias de Ninho do Açor e Sobral do Campo. Adenda ao Contrato Interadministrativo para Instalação de Espaços de Cidadão no Ninho do Açor e Sobral do Campo. **(Proposta n.º. 34/2021)**

3.2. União de Freguesias de Freixial do Campo e Juncal do Campo. Ampliação do centro Comunitário do Barbaído. Retificação do valor inicial. **(Proposta n.º. 35/2021)**



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

ADITAMENTO À CONVOCATÓRIA DA SESSÃO DE 09/09/2021

Ponto 4 - Discussão e votação da proposta de “Designação do Júri para o Procedimento Concursal para Provimento do Cargo de Direção Intermédia de 2.º Grau – Chefe de Divisão de Serviços Técnicos dos Serviços Municipalizados de Castelo Branco”. (Proposta n.º 36/2021)

MEMBROS PRESENTES À SESSÃO

Arnaldo Jorge Pacheco Brás, Joaquim Manuel Faustino, Maria de Lurdes Gouveia da Costa Barata, Jorge Manuel Vieira Neves, João Miguel Correia Dias Pereira, Maria Cristina Vicente Pires Granada, José Dias Santos Pires, Maria da Graça Vilela Ventura, Nuno Miguel Correia Teixeira Maia, Francisco Manuel Pombo Lopes, Maria do Carmo Almeida Nunes, Carlos Alberto da Conceição Casal, José Alberto Moreira Duarte, Miguel Gregório Barroso, Álvaro Manuel Reis Batista, Nuno Duarte Mimoso Figuiinha, Eliseu Matos Pereira, José Manuel Pires Ribeiro, Carina Sofia Filipe Caetano, Francisco de Assis Palhinha de Oliveira Martins Mário Gregório Barata Rosa, André de Jesus Gonçalves, Carlos Alberto Mendes Barreto, Leopoldo Martins Rodrigues, António Manuel Figueiredo Sanches, Pedro João Martins Serra, Jorge Manuel Ferreirinho Diogo, Teresa Paula Baptista dos Santos Crúzio, Hugo Alexandre Gomes Dias, Luís Manuel de Andrade, Vítor Manuel Ribeiro Louro, Celeste Nunes Rodrigues, José Carlos Ramos Dé, Severino Miguel da Conceição Vaz, João Miguel Teles Baltazar, Ernestina Gens da Conceição Baptista Perquilhas, António Manuel Varanda Marcelino e João Paulo Ramos Martinho.

MEMBROS AUSENTES À SESSÃO

Maria Hortense Nunes Martins, Carlos Simão Martins Mingacho, António Manuel Falcão Antunes.

CORRESPONDENCIA RECEBIDA

ANAM - Ata em Minuta. Aprovação. Novo Mandato;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Grupo Parlamentar do PCP:

- Envio para validação do (a) Pergunta sobre perspectiva para a construção do IC 31 e IC6;
- XIV Alteração ao Regime do Arrendamento Urbano;
- Pergunta sobre a situação dos CTT, os resultados e ameaças da gestão privada. Resposta.
- **Câmara Municipal de Castelo Branco:**
- Isenção de Pagamento de Ocupação de Espaço Público com Esplanadas, para vigorar até 31 de dezembro de 2021;
- Envio das atas das reuniões da Câmara Municipal realizadas nos meses de junho e agosto de 2021.

I - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Após as inscrições para as intervenções no Período de Antes da Ordem do Dia, a Deputada Municipal, Maria do Carmo Nunes, eleita pelo PS, assim como alguns Presidentes de Junta de Freguesia eleitos pela mesma força partidária, foram confrontados pelo Presidente da Assembleia Municipal, Arnaldo Brás, que devido ao facto de se terem desfilado do PS, não podiam usar da palavra integrando o Grupo Parlamentar do PS (35 minutos), mas como independentes (2 minutos).

A Deputada Municipal, Maria do Carmo Nunes, tomou a oposição e defendeu que tinha direito a intervir como eleita pela população. O Presidente da Junta de Freguesia de Santo André das Tojeiras, Luís de Andrade, defendeu que a sua presença na Assembleia Municipal resulta de ser Presidente da Junta de Freguesia, por isso o direito à sua intervenção ser em nome e defesa da freguesia que representa. Os Presidentes das Juntas de Freguesia de Alcains e Lourçal do Campo, respetivamente, Mário Rosa e Pedro João Serra também reivindicaram o mesmo direito de intervenção pelo facto de se encontrarem a representar as respetivas freguesias. Como não foi aceite pelo Presidente da Assembleia Municipal, não autorizando o uso da palavra aos respetivos membros da Assembleia



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Municipal, levou a que vários Presidentes de Junta se tenham levantado e saído do Cine-Teatro Avenida, onde decorreu a sessão:

Mário Gregório Barata Rosa, Carlos Alberto Mendes Barreto, António Manuel Figueiredo Sanches, Pedro João Martins Serra, Hugo Alexandre Gomes Dias, Luís Manuel de Andrade, José Carlos Ramos Dé, Severino Miguel da Conceição Vaz, João Miguel Teles Baltazar, António Manuel Varanda Marcelino e João Paulo Ramos Martinho.

A Assembleia Municipal retomou os trabalhos, depois de feita nova chamada e se ter verificado a existência quórum.

Francisco de Assis Palhinha de Oliveira Martins (CDS/PP) – Hoje terá lugar a última sessão ordinária da Assembleia Municipal de Castelo Branco desta legislatura.

Na penúltima tivemos um comentário do Senhor Presidente de Câmara informando que não via razão para a sua realização uma vez que nada tinha para apresentar.

No entanto, e quanto ao CDS muito bem, o Senhor Presidente da Assembleia, no cumprimento do regimento, resolveu marcá-la, assinalando que, se nada houvesse a apresentar por parte da Câmara, então, seria uma boa oportunidade para se falar de política.

Falemos então de política, e infelizmente não com os melhores exemplos, pois Castelo Branco continua a ser notícia pelas piores razões.

Vejamos então:

Ele, são os figos que, por acaso, até são da Índia;

Ele, são os ilícitos praticados pelo candidato Luís Correia, comentados pelo mesmo, como sendo casos administrativos, sem qualquer importância, mas que levaram à perda de mandato, com o perigo de uma banalização total dos ilícitos; E já agora alguém pode informar o que se passa com o crime de que foi alvo e do qual houve recurso do Ministério Público?

Ele, são a luta desenvolvida dentro do PS no sentido de se saber quem é efetivamente o candidato verdadeiro à presidência da autarquia;

Luís Correia, no debate televisivo, chegou a afirmar que ele era o escolhido pelo Partido Socialista, tendo o candidato Leopoldo Rodrigues ripostado afirmando que o candidato do PS era ele;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Do PS nem uma palavra, mas acreditamos que, pelos cartazes que inundam as ruas da nossa cidade o candidato do PS é mesmo Leopoldo Rodrigues, e que a atitude do candidato Luís Correia no debate não passou de oportunismo político;

Ele, é a tomada de decisões do actual executivo que leva o insuspeito socialista Fernando Raposo a comentar: “Assim não Sr. Presidente e Srs. Vereadores” referindo-se a apoios financeiros a Associações cujos dirigentes integram as listas do candidato Luís Correia;

Ele, é o apoio manifestado pelos vereadores ainda em funções Cláudia Soares, Jorge Pio, e Carlos Semedo, ao candidato Luís Correia indo nas suas listas, como o atestam fotografias no Jornal Reconquista; (ou tratar-se-á de uma fotomontagem?)

É evidente que estes apoios não têm nada de ilegal, mas no mínimo, exigiriam que os mesmos abandonassem os seus lugares, não se servindo de uma situação de privilégio no que concerne ao apoio de uma das candidaturas.

Admite-se que estes vereadores, eleitos nas listas do Partido Socialista, mantenham os seus lugares, aparecendo em campanha ao lado do candidato Luís Correia, e contra o próprio partido que os levou a serem eleitos?

Assim, apenas direi que a ética é palavra vã no que concerne às atitudes comportamentais nesta autarquia.

Os Albicastrenses vão estar atentos, e aperceberem-se de que topete são feitos os homens e mulheres que até 26 de setembro comandam os destinos da nossa autarquia.

Nunca me demitirei das minhas responsabilidades, e os eleitores que me deram a honra de os representar nesta casa da democracia contarão sempre comigo, e o CDS, para que haja transparência no poder político, e uma valorização dos valores éticos tão deturpados.

Vamos no próximo dia 26 do corrente mês eleger um novo Executivo para Castelo Branco, e eu só espero que ninguém fique em casa, e que vote numa mudança profunda, para que Castelo Branco, seja uma cidade de futuro, com um executivo sério e transparente, em prol do desenvolvimento da nossa cidade e do nosso interior.

Maria de Lurdes Gouveia da Costa Barata (PS) - Numa saudação a todos, quero hoje, numa perspectiva de cultura, dar ênfase à poesia, porque é criação, visão do mundo e humanização – a poesia procura sentido para a vida. Podem descansar, porém, porque não me proponho uma alocução sobre a poesia e a sua importância. Quero pôr em destaque uma manifestação cultural



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

que se concretizou em Castelo Branco durante os dias 23 e 24 de julho – *LUGARES DE POESIA* – subtítulo do *II ENCONTRO ROIZ*. Para quem não esteve presente, o que foi este Encontro? O principal objectivo foi a entrega, aos vencedores, do *Prémio Internacional de Poesia António Salvado – Cidade de Castelo Branco* – um de língua portuguesa, outro de língua castelhana. Nesta 2ª edição do Prémio, que é bienal, os vencedores foram respectivamente o português Fernando Fitas com *Elegia dos Pássaros* e o venezuelano Ernesto Román Orozco com *Ángel Áspero*. Uma novidade foi introduzida nesta 2ª edição: a atribuição de duas Menções Honrosas, uma em cada língua. O português foi Renato Filipe Cardoso, com a obra *Passageiro do Real* e a argentina María Chemes, com a obra *Armadura y escotes*. Cada vencedor do Prémio recebe 2500 Euros, cada titular de Menção Honrosa recebe 1000 euros. Todos têm direito a edição bilingue. A publicação é da Editora Labirinto.

Os Lugares de Poesia passaram pela Capela da Senhora de Mércules, com a sessão de abertura, dia 23 de julho, e, 24 de julho, pela Praça Cargaleiro, a Igreja de Santo António, o Jardim do Paço e o Museu, com a sessão de encerramento. Houve poetas convidados de Portugal e de Salamanca. Não vou enunciar os seus nomes. A par das leituras poéticas houve intervenções musicais ou de teatro. Prestou-se tributo ao poeta castelhano Jorge Manrique do séc. XV (1440-1479) e a Mestre Cargaleiro. Foi, na verdade, uma festa, podemos dizê-lo, da poesia. E a poesia é universal (além de transversal) e agrega e concilia.

Alfredo Pérez Alencart, professor da Universidade de Salamanca, também poeta, é o Presidente do Júri deste Prémio. Numa entrevista que deu, quando da 1ª Edição, disse e vou citar: «(...) resulta único em toda a Comunidade Iberoamericana de Nações. Que eu saiba, não existe em poesia nenhum outro concurso que premeie, igualmente e ao mesmo tempo, dois poetas que escrevam em português e em castelhano, mais uma prova da generosidade do povo lusitano. Tem um carácter bienal e leva ao nome do notável poeta António Salvado e ao da sua cidade natal, cujas autoridades se dedicaram a difundir a sua obra, especialmente nos últimos sete anos. Sentem-se orgulhosos de contar com este conterrâneo cuja obra tem uma qualidade perdurável». Agora, na 2ª edição, Alfredo Alencart afirmou que «o evento, que desde a sua primeira edição goza de um selo de qualidade, está organizado pela Junta de Freguesia de Castelo Branco, presidida por Leopoldo Rodrigues».



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Foi importante a criação deste Prémio pela Junta de Freguesia de Castelo Branco. Será justo dizer que a Câmara Municipal logo apoiou. Mas também é justo dizer que o mérito da lembrança de criar o prémio coube à Junta de Freguesia na pessoa de Leopoldo Rodrigues. Não se ficou pela proposta de criação, passou à acção, honrando a cidade. E porquê? Porque o Prémio é internacional e leva o nome de Castelo Branco a vários países. Põe-nos em rota internacional de cultura. Estreita os laços já existentes entre Castelo Branco e Salamanca. Passa além do Atlântico. Foram 1185 poetas concorrentes – de Portugal, Espanha, Brasil, Argentina, México, Colômbia, Cuba, Peru, Venezuela, Chile, Costa Rica e Moçambique. Aumenta a divulgação do já internacionalmente conhecido poeta António Salvador, que, por sua vez, tem divulgado o nome de Portugal e Castelo Branco.

Carina Sofia Filipe Caetano (CDU) – Estes últimos anos de trabalho na Assembleia Municipal foram realmente motivadores e incansáveis. Há muito trabalho a fazer neste concelho albicastrense e a CDU tem-se batido muito para melhorar a qualidade de vida dos albicastrenses, falamos com as populações, vamos aos locais, vemos e ouvimos.

Temos feito sempre inúmeras propostas, sugestões e críticas construtivas a pensar no bem estar de todos.

Queremos que Castelo Branco seja uma cidade próspera, desenvolvida, com emprego digno, boas infraestruturas, limpa, saudável, amiga do ambiente, assim como todas as freguesias do concelho. Castelo Branco tem uma situação económica confortável, não aceitamos que não proporcione uma boa qualidade de vida para todos.

Muito nos debatemos pela necessidade de um plano de recuperação do nosso centro histórico que apresenta sinais evidentes de degradação.

Apelamos à necessidade de intervenção no mercado municipal.

De forma a dinamizar o comércio local sugerimos que o parque de estacionamento da praça, proporcione os primeiros 45 minutos grátis.



A handwritten signature in black ink, consisting of a large, stylized letter 'F' followed by a horizontal line and a circular flourish.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Propusemos a uniformização toponímica dos nomes das ruas da cidade.

Chamamos a atenção para a necessidade de intervenção nas ruas degradadas da nossa cidade.

Defendemos a eliminação das barreiras arquitetónicas que temos por toda a cidade e o aumento das ciclovias, inclusive de uma ciclovia de Castelo Branco até à Barragem Santa Águeda/ Marateca.

A reflorestação como forma de melhorar o clima. Cuidar dos jardins, das ruas e preservação do nosso património.

Reclamamos a construção do IC31 e a sua integração no Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

Propomos a eliminação das portagens na A23, fundamental para assegurar a mobilidade das populações e o desenvolvimento da atividade económica.

Combatemos o encerramento de serviços públicos, como o encerramento de balcões da Caixa Geral de Depósitos e das estações dos CTT. Denunciamos a privatização CTT e a necessidade da sua reversão para o controlo público.

Sugerimos que se fizesse cinema ao ar livre no Parque da Cidade, retomando uma velha tradição da nossa cidade

Sugerimos que os livros da Biblioteca Municipal fossem catalogados e disponibilizados os títulos online para consulta e reserva previa.

Sugerimos que fosse feita uma cobertura temporária à porta dos contentores que estão a ser utilizados na Consulta Externa no Hospital Amato Lusitano, para proteger da chuva e frio, enquanto está a decorrer a construção do novo edifício da consulta externa.



A handwritten signature in black ink, consisting of a large, stylized letter 'J' followed by a horizontal line and a circular flourish.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

No plano ambiental, interviemos na defesa da gestão pública da água, combatemos a desresponsabilização do Governo na gestão do Parque Natural do Tejo Internacional, na defesa pelo Rio Tejo e pelo Rio Ponsul.

Demonstramos a nossa preocupação sobre os resíduos perigosos que estão a ser depositados no aterro de resíduos sanitários e para os problemas de saúde que daí advêm.

Consideramos que a Câmara Municipal deve ser um empregador exemplar e deve contratar diretamente os seus trabalhadores evitando o recurso a empresas de trabalho temporário para serviços permanentes. Deve integrar os trabalhadores da Albigeac no estatuto de trabalhadores municipais, pagar de acordo com a lei geral da função pública e reestruturar horários.

Ainda há poucos dias tivemos conhecimento que continua a haver trabalhadores nos serviços municipalizados que andam de contrato em contrato precário há anos, conhecemos casos de há mais de 10 anos, com funções polivalentes para a Câmara Municipal e que não há maneira que fossem efetivados com salários dignos de forma a ter uma vida estável. Senhor Presidente vai continuar a Câmara Municipal de Castelo Branco a promover a precariedade e os baixos salários?

Recentemente tivemos conhecimento que a Associação Cultural, Recreativa e Desportiva Bairro do Cansado, debate-se com falta de espaço físico para prosseguir o bom trabalho que têm feito em prol dos habitantes deste bairro.

Pretendemos saber se têm previsto ceder algum espaço e se sim, quais as dimensões de espaço, na Quinta do Moinho Velho, que como sabe é enorme e está dentro do bairro.

Por fim, termino sobre a interdição de caminhos públicos em Malpica do Tejo, sabemos que o processo decorre há anos na justiça e queríamos saber o que tem feito a Câmara Municipal referente a este assunto. É verdade que mesmo havendo documentos que comprovam que os caminhos de negrais e bradadouro são usados desde o século XVI e XVII pela população, a Câmara Municipal não conseguiu provar em tribunal que estes terrenos são históricos e utilizados pela população de Malpica do Tejo? Em que ponto está a situação e o que está a fazer a Câmara Municipal para que os caminhos voltem a ser utilizados pela população?

Grata pela vossa atenção.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Maria do Carmo Almeida Nunes (PS) – Tendo em conta que o Senhor Presidente da Mesa eleito democraticamente por esta mesma Assembleia, me retirou a palavra, enquanto cidadã eleita pelos Albicastrenses, não farei a minha intervenção, no entanto, apenas vos quero dizer o seguinte, foi um orgulho ter pertencido a esta Assembleia Municipal.

Viva a Democracia.

De seguida, a Dr^a Maria do Carmo Nunes, retirou-se do Auditório do Cine Teatro Avenida.

Presidente da Assembleia Municipal – Quero esclarecê-la que não lhe retirei a palavra, apenas não lhe permiti que utilizasse da palavra no tempo destinado ao Grupo do PS.

Nuno Duarte Mimoso Figuinha (PSD) - Estamos hoje na última sessão da assembleia municipal do presente mandato.

Como tal, esta minha intervenção visa apenas como que dar a despedida (por uns tempos) a esta assembleia, uma vez que também será para já a minha última, pois não irei estar presente num próximo mandato.

Tinha eu apenas 27 anos quando me estreei nestas lides da assembleia...

Tudo na sequência de um “curioso repto” digamos assim, do então vereador Arnaldo Brás, que no final de uma assembleia de freguesia a que, tal como eu, foi assistir, me abordou dizendo que “lia todos os meus artigos no jornal” – eu na altura escrevia assiduamente no jornal Povo da Beira, após ter escrito alguns artigos de opinião no jornal Reconquista tendo ficado “no goto” de alguns a crónica que versou sobre o então “renovado” parque da cidade, intitulada “Vá às couves! Visite o parque da cidade...” – e me disse então o agora Presidente desta Assembleia de que eu, e passo a citar: - “O que diz no jornal devia ter coragem de ir dizer numa assembleia municipal...que no fim o público pode intervir!” – e ao que eu respondi: - “Sr. Vereador...eu farei questão de estar presente numa assembleia municipal, mas será como membro efetivamente eleito!”...e passado um ou dois meses desse “repto”, lá estava eu a tomar posse pela primeira vez, tinha eu 27 anos...já tenho agora 43...

É...já é tempo de fazer uma pausa... (Ah e sim, logo na minha primeira intervenção dessa altura, lembrei, olhos nos olhos, o então presidente Joaquim Morão, de todas as questões que eu tinha colocado nos meus artigos de opinião, afinal...o prometido é devido).



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Desde esse tempo, muitas coisas mudaram, mas também muitas se mantiveram iguais...ou piores...

Vi a cidade a evoluir fisicamente ao mesmo tempo que descia em rankings como o da Bloom Consulting... Vi a cidade a expandir...e termino este mandato a constatar que afinal o concelho tem vindo é a perder habitantes...mais concretamente Castelo Branco perdeu 3.837 pessoas, só face a 2011... Assisti aqui na altura a uma senhora da bancada do partido socialista a agradecer pela abertura de um McDonalds em Castelo Branco...atualmente temos Call-Centers...e continuamos no grupo das cidades com salário médio mais baixo...a nível de infraestruturas externas à cidade e que poderiam trazer desenvolvimento, quando eu tinha 27 anos aguardávamos pelo IC31...agora tenho 43 e continuamos a aguardar...

Neste mandato vi coisas simples como passadeiras, a demorar 4 ANOS para serem pintadas.... e foram apenas algumas...outras terão de aguardar certamente mais 4...vi obras começarem, mas nem todas acabarem... (ainda estão a decorrer), obras faraónicas não na dimensão, mas no tempo que demoram a concluir...e outras anunciadas, mas nem sequer iniciadas!

Também vi coisas positivas, obviamente, como por exemplo os Sabores de Perdição, que foi algo que – e dou desde já os parabéns a quem de direito – foi melhorando a cada ano que passou!

No campo político, num só mandato tivemos 2 presidentes de câmara (com uma saída “pouco voluntária” do primeiro, digamos assim... 2 presidentes da assembleia municipal, este primeiro sim, com uma saída voluntária)... e tivemos até membros desta assembleia a defender uma ideia e o seu contrário...ou seja, a votarem contra algumas propostas da bancada do PSD e agora a prometerem no seu próprio programa eleitoral essas mesmíssimas propostas... Mas atenção, não estou a criticar! Isso é positivo! Pois é a prova de que há quem saiba evoluir e ver mais além! Só um tolo achará que mantendo SEMPRE as mesmas ideias poderá obter resultados diferentes!

Para um próximo mandato, deixo desde já os meus votos de bom trabalho a quem vier...Castelo Branco precisa de Gente que Trabalha... efetivamente...precisa de quem se dedique SEMPRE a Castelo Branco... mas, também precisa de Mudança para voltar a ser uma capital de distrito de referência...Pois Castelo Branco merece mais...e não esquecer...mais ética e transparência para que Castelo Branco volte a ser notícia nos jornais sim, mas pelos melhores motivos possíveis!

Obrigado!

E já agora um bem-haja a todos que me fizeram companhia todos estes anos!



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Miguel Gregório Barroso (PSD) – Ao longo deste mandato autárquico, as políticas de juventude tiveram espaço na agenda do PSD e os jovens foram chamados a participar ativamente na construção do futuro do seu concelho. A minha presença na Assembleia Municipal é prova disso mesmo.

O trabalho de acompanhamento e fiscalização da atuação da Câmara Municipal, que levamos muito a sério, conciliou-se sempre com um empenhado trabalho de política construtiva que, estou certo, contribuiu para traçar o caminho de desenvolvimento do nosso concelho, infelizmente, não percorrido.

Foi pela mão do PSD que se apresentou a Moção para a implementação do Orçamento Participativo Jovem, aprovada por esta Assembleia Municipal, mas que a Câmara, até hoje, não executou.

Foi pela voz do PSD que se exigiu o funcionamento do Conselho Municipal de Juventude, como espaço de encontro das forças vivas do concelho ligadas à juventude. Infelizmente, ainda hoje não funciona, nos termos da lei, por culpa da Câmara Municipal.

Foi pela mão do PSD que se apresentou a Moção para o alargamento do horário de funcionamento da Biblioteca Municipal e a criação de salas de estudo para os nossos jovens estudantes. Até agora, nada feito.

Foi pela voz do PSD que se defendeu a requalificação de casas no Centro Histórico da cidade para arrendamento acessível, ao alcance dos jovens que procuram a sua emancipação. Até agora, não se deram passos nesse sentido.

Foi proposta do PSD a gratuitidade das refeições escolares no 1º ciclo e no pré-escolar, bem como das creches. Medidas importantíssimas numa política de apoio à família e, especialmente, aos jovens casais. Também aqui, a Câmara falhou aos albicastrenses.

Foi o PSD que alertou para a necessidade de criar emprego qualificado em Castelo Branco, capaz de atrair e fixar a minha geração que hoje não vê Castelo Branco como um concelho onde



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

se pode realizar profissionalmente. O salário médio dos trabalhadores por conta de outrem, provam isso mesmo, está bem abaixo da média nacional.

Esta é a marca do PSD em Castelo Branco. Uma marca que só não tem impacto no dia-a-dia dos jovens porque o poder instalado se fecha sobre si mesmo e ignora as propostas do PSD, porque são da oposição, mesmo quando estas podem melhorar a vida das pessoas.

Prova do seu mérito, é que muitas das nossas propostas, antes ignoradas e até desdenhadas, fazem hoje parte do discurso de vários candidatos autárquicos. Mas isso não nos incomoda, porque se são ideias boas para Castelo Branco, então cumprimos o nosso objetivo.

Este é o momento de refletir, de ponderar, de pensar nas oportunidades perdidas e de levantar o cartão vermelho aos mesmos de sempre, tenham eles a mesma sigla ou novos slogans maquilhados. É o momento de ter coragem para mudar!

O futuro de Castelo Branco está nas nossas mãos.

José Dias dos Santos Pires (PS) - Aproxima-se o fim de mais um ciclo político autárquico e, felizmente, já se prepara o próximo.

Hoje, mais do que nunca, quando, com alguma facilidade se empurra a opinião pública para desacreditar na política e nos políticos, é que as autarquias devem assumir os desafios que garantam a proximidade aos cidadãos.

Nos conturbados tempos atuais, os desafios do poder local, sendo bem diferentes dos poderes governativos centrais, estão, por causa dos efeitos da pandemia que nos acentuou as limitações, intimamente associados ao poder central e determinam novos modelos de interagir com os cidadãos e de encontrar respostas para as suas necessidades

É nestes momentos de dificuldade que a administração local ganha renovada relevância, porque a ela lhe cabe primeiro auscultar e interpretar as pretensões dos cidadãos e criar mecanismos de cidadania participativa, formais e informais, numa administração pública transparente, facilitadora do acesso dos cidadãos e do tecido económico aos serviços públicos, como uma via indispensável para o cumprimento de estratégias, planos e políticas de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

desenvolvimento sustentável bem definidos e que ajudem a aceitar a partilha coletiva de custos e dificuldades.

Coube-nos, cabe-nos e caber-nos-á, mais do que nunca, lembrar que a Democracia é, no seu fundamento, a relação mais leal entre cidadãos e também a efetiva relação de comunicação com quem nos elege e nos oferece a sua confiança.

Coube-nos, cabe-nos e caber-nos-á a obrigação política, moral e social de afirmar que apesar dos pesares neste presente pesado, acreditamos que há futuro.

Coube-nos, cabe-nos e caber-nos-á a todos, tanto aos que governam como aos que se lhes opõem, afirmar Castelo Branco como um concelho viável, respeitável e reconhecido, a partir das pessoas e com as pessoas.

Coube-nos, cabe-nos e caber-nos-á contribuir com o nosso exemplo para que ninguém aceite a mínima mentira de quem gere a coisa pública, por mais piedosa que aparente ser, porque neste presente futuro se exige imaginação, criatividade, bom senso, valores e princípios, e todos eles se dão mal com os jogos de interesses e a mentira.

Coube-nos, cabe-nos e caber-nos-á acabar com os tempos de nos desculparmos com os outros, de abolir os atropelos coletivos e os individualismos exacerbados.

Coube-nos, cabe-nos e caber-nos-á começar a mudar a partir de ontem, porque é urgente que muito mude para os valores, para os princípios, para o exercício efetivo da cidadania, para a ação preocupada, comprometida e solidária para com as pessoas. Todas as pessoas.

Coube-nos, cabe-nos e caber-nos-á aqui, no poder local, olhos nos olhos e onde todos nos conhecemos pelo nome, a responsabilidade de não deixar que se confundam oportunistas iluminados, arrivistas incompetentes, novas roupagens de velhos alfaiates, com necessidades, favores e interesses.

Este presente futuro não pode deixar de ter ideologia, mas obriga-se a ter principalmente as pessoas.

Este presente futuro não pode ter certezas absolutas, nem convencimentos inabaláveis, mas deve ter convicções.

Este presente futuro não é privilégio de nenhuma geração, mas é a emergência de todas as gerações. Neste presente futuro, trabalhar não pode ser miragem, mas urgência; trabalhar não é exploração, é partilha; trabalhar não é discurso, é ação. Hoje, mais do que nunca, quando tantos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

nos querem empurrar para que desacreditemos da política e dos políticos, as autarquias devem assumir um compromisso que garanta a proximidade aos cidadãos. O compromisso de quem sabe que é aqui, nos locais do poder local, que se começa, com os nossos vizinhos, a viver o presente e a preparar o futuro, acreditando, sem vergonha nem submissões, em Castelo Branco e nos albicastrenses.

Hoje, a qualquer cidadão é fácil identificar, no nosso concelho, as entidades organizativas que o governam: A Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia. A organização autárquica consubstancia a conjugação efetiva destas duas entidades e é através da Assembleia Municipal e das Assembleias de Freguesia que devem identificar as necessárias diferenças estruturais e funcionais:

- À Câmara Municipal cabe-lhe a construção das identidades coletivas de proximidade, chamando todas as freguesias a projetos e ações comuns e concertadas.
- Às Juntas de Freguesia cabe-lhes a compreensão das identidades sociais específicas, a vizinhança, aproximando os projetos e as ações às pessoas e aos grupos, procurando inculcar nas pessoas e nos grupos os mesmos princípios de compreensão, participação e vizinhança, nos lugares onde se promove a resolução de problemas específicos, especialmente no que concerne ao enquadramento das comunidades nos serviços, à sua explicação e ao seu encaminhamento.

Este trabalho tem, para todos nós, uma dupla exigência:

- Honrar a Causa pública — o mesmo é dizer honrar os compromissos, os valores e os princípios que determinam a nossa ação: lealdade, honestidade e transparência e intransigente defesa da prática democrática;
- Servir a Coisa pública — que não é mais do que assegurar que o serviço público e os seus meios humanos e materiais estejam sempre ao serviço de todos e não sejam nunca privilégios só de alguns.

Na verdade, só por uma revalorização da causa pública, e da participação igualitária dos cidadãos se poderá esperar devolver à ação política alguma iniciativa livre de todas as pressões.



A handwritten signature in black ink, consisting of a large, stylized letter 'f' followed by a series of loops and a horizontal line.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Por outras palavras: talvez o modo como nós representamos a política, seja parte da resposta à questão premente nos nossos dias sobre o fim da política e da sua eficácia: o exercício efetivo, unívoco e universal da cidadania.

Podemos dizer que a cidadania se aprende. Tanto assim é que a Constituição da República Portuguesa estabelece que a educação (direito de todos e dever do Estado e da família) deve visar o pleno desenvolvimento da pessoa humana, a sua preparação para o exercício da cidadania e a sua qualificação para o trabalho, que é também uma das várias dimensões da ideia-força da cidadania.

Na dimensão autárquica, a cidadania passa muito pelo melhor conceito e prática de vizinhança.

Ser vizinho, e ter consciência política desse desígnio, é, para o município e as freguesias, a obrigação de promover uma gestão do território que garanta um desenvolvimento equilibrado sustentável e salvguarde a defesa do interesse público e coletivo da pressão especulativa e particular.

Ser vizinho, e afirmá-lo no terreno, tem de corresponder, para os municípios e as freguesias, à capacidade de fomentar políticas locais que assegurem a valorização social, económica e cultural das populações, estimulem o associativismo popular e outras formas de participação organizada ou informal dos cidadãos e adotem uma orientação marcada por uma particular sensibilidade aos setores mais frágeis e desfavorecidos da população.

Ser vizinho, e promover, de facto, a consciência comunitária dos nossos lugares, implica, no município e nas freguesias, a defesa do carácter público da prestação dos serviços básicos essenciais.

Ser vizinho obriga a cumprir os objetivos essenciais que tenham em vista assegurar as condições para um adequado desenvolvimento local e para garantir às populações uma vida melhor, sempre e apenas no âmbito das atribuições complementares do município e das freguesias, através da força do seu exemplo, reforçando a intervenção ativa e conjugada das autarquias, enquanto representantes dos interesses da população, na promoção, encaminhamento e reclamação, junto dos órgãos do poder, da resposta aos problemas e necessidades.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Algumas cidades são muito parecidas com as suas estátuas, e, como toda essa gente de pedra, edificam-se de grãos de areia: fazem-se e desfazem-se para se reerguerem. Quase sempre em silêncio, como as palavras pensadas.

Já fomos assim ou ainda somos assim?

Esta cidade tem gente enraizada que quando parte sorri de tristeza, porque quem tem raízes não consegue chorar.

Esta cidade deve obrigar-se a não aceitar ficar cheia da ausência de gente nova, que ameaça eternizar-se como uma seca.

Esta cidade ainda nos consegue matar a sede, com os rios de todas as memórias que nela somos capazes de descobrir e registar, mas também tem, ainda hoje e cada vez mais, ausências penduradas nos cabides de alguns, muitos, medos e de algumas, muitas, indecisões.

Nesta cidade, não podemos fechar os olhos para procurar rever, em segundos, o que ainda temos para nela descobrir nos tempos que virão.

Nesta cidade ninguém pode, nem deve, trocar os seus recantos de eternidade que construímos em 250 anos, sem correr o risco de os tornar efémeros.

Nesta cidade, por vezes, o vento transforma-se numa brisa quase tornada em irritante quietude, no local das ausências mais presentes, das sombras mais luminosas, das inações mais persistentes, dos sorrisos mais tristes ou das lágrimas mais alegres que alguma vez sentimos, porque é a nossa cidade.

Mas isso não pode bastar-nos. Esta cidade, como esta região e o nosso país, sempre teve dois caminhos, cada um mais belo que o outro:

Uma vereda solitária que era o paraíso do gorjeio dos pássaros e a tela onde a sombra das árvores desenhava um manancial de imagens que as sombras da noite sempre apagaram.

Um bosque tentador onde a relva selvagem cobre quase toda a estrada e nas lajes das paredes aparecem musgos, para ser colhidos.;

Um, bem conhecido, é o passado soprado pela leveza suave de uma brisa cálida — a aceitação tácita do destino previamente traçado;

O outro, apetecido, é o futuro onde o sol penetra nas frestas do bosque tentador, os desafios geradores de todas as ruturas.

Importa percorrer os dois, em coletivo. Um para lembrar, o outro para fazer.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Importa não esquecer nunca o nosso passado mais longínquo e mais próximo, para perceber como sociologicamente se fez esta cidade, e saber que fisicamente a cidade está feita, mas isso não basta, porque nalguns locais mais antigos ainda está, muito, ferida.

Importa viver, e contrariar, tudo o que nos quer empurrar para o envelhecimento sociológico, como se tudo se resumisse aos ditames, para não dizer à ditadura, da globalização financeira e da economia impositiva dos interesses.

Importa aproveitar as sinergias comunitárias e gerir, de forma coordenada, as nossas potencialidades e capacidades de oferta que contribuam para o aparecimento de novas oportunidades de trabalho e, naturalmente, de emprego.

Não é para isso que temos o Instituto Politécnico?

Ou será que é só para ser uma plataforma de passagem?

Todos os dias começamos o futuro. O nosso futuro é um futuro urbano, é um futuro rural, é um futuro concelhio, regional, interior. Mas só o será verdadeiramente se representar o fim de todos os bairrismos bacocos — sociais, culturais, económicos e, principalmente, políticos.

Seremos mais fortes se formos capazes de abandonar os bairrismos irredutíveis que por vezes nos têm afastado dos nossos vizinhos, tão albicastrenses, beirões e interiores como nós.

Confesso, com orgulho e satisfação, que no trabalho autárquico reforcei o que desde menino me ensinaram a distinguir:

A diferença entre o servir — a honra do serviço público, e o servir-se — a promoção dos interesses e dos favores que é a desonra da cidadania;

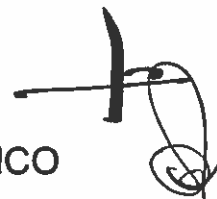
A diferença entre o que é secundário — o eu e o nós, e o que é importante — as pessoas que votaram em nós — nós poder e nós oposição.

Estes são os grandes ensinamentos do trabalho autárquico, o qual, só por nele termos podido participar, nos deve encher do mais sincero orgulho e obriga que nos sintamos humildemente honrados, mas nunca vaidosos e, muito menos, convencidos.

Também aqui as pessoas estão em primeiro lugar — o nós, ao qual pertencemos, ou devíamos pertencer, e que nos legitima.

Em primeiro lugar está também a nossa missão — ver, ouvir, compreender e agir.

E só depois vem o eu — e este, apenas e nada mais, como assunção das responsabilidades, tanto nos erros, como nos acertos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Aprendi com os que comigo partilham iguais ideias e os que legitimamente se me opõem, que é no trabalho autárquico que se ganha e se consolida a dimensão mais completa da política, que aqui é cada vez mais sociológica que ideológica, mas, infelizmente, menos ideológica que partidária, embora se deva obrigar a ser partidária para que nunca possa ser corporativa.

Aqui, nesta dimensão da verdadeira proximidade do serviço público com a comunidade, importam sempre mais os atos que as palavras — o que se faz, como se faz, e para quem se faz — embora seja fundamental saber ouvir e não ouvir-se, para que, sabendo o que se diz, se saiba o que se faz.

Leopoldo Martins Rodrigues (PS) – Como já foi referido pelo Deputado Nuno Figuinha, tivemos conhecimento há pouco tempo dos resultados dos Censos 2021, resultados provisórios.

Nestes Censos está refletido que Castelo Branco perdeu ao longo dos 10 anos, três mil oitocentos e trinta e sete habitantes. Não sendo das cidades, ou dos concelhos que mais população perdeu, ainda assim é, das cidades, capitais de distrito que mais perde. Não atribuímos culpas a ninguém, isso será uma culpa coletiva e será certamente um aspeto para ser encarado como uma estratégia e uma estratégia poderosa de fixação e atração de população.

É nesse sentido que queria deixar uma pergunta ao Senhor Presidente da Câmara e que se refere à habitação. Foi há pouco tempo anunciado pelo Secretário Geral do PS, também Primeiro Ministro, o Plano de Recuperação e Resiliência e também do próximo Quadro Comunitário e as verbas que estarão alocadas para a recuperação e também construção de habitação. Muitos Municípios têm concluídos os Planos Municipais de Habitação. Esses Planos permitem obter verbas poderosas para fazer face a este problema. Entendemos que Castelo Branco precisa ter habitação disponível para ser colocada no mercado a preços acessíveis. É certo que temos o Programa Habitar e o Habitar Social que tem uma dimensão embora reforçado este ano, mas ainda curta no nosso ponto de vista para fazer face às necessidades.

Queria perguntar ao Senhor Presidente da Câmara, em que ponto é que está o Plano Municipal de Habitação e o que é que ele prevê para a cidade de Castelo Branco, ou freguesia de Castelo Branco e também para as várias freguesias rurais deste nosso concelho.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO



Jorge Manuel Vieira Neves (PS) – Venho aqui numa intervenção ligeira com um conjunto de questões e um conjunto de comentários que são os seguintes: obviamente que todos sabemos que esta é a última sessão da Assembleia Municipal para este mandato e, portanto, não quero fazer aqui um balanço muito grande, nem muito pequeno daquilo que se tem passado, de qualquer forma, estamos de acordo que tem sido um mandato completamente atípico, não só em termos sociais, fruto também da pandemia que a todos afetou, mas também, fundamentalmente, em termos políticos, tudo muito diferente, muito difícil, muito esquisito, inclusivamente, com aquilo que acabou por se passar aqui hoje. E, nesta perspetiva, quero dizer que enquanto participante neste Regimento Interno desta Assembleia Municipal em que participei também ativamente no início do mandato, quero mostrar aqui a minha solidariedade ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, relativamente à posição que tomou aqui porque no fim de contas aquilo que fez, foi única e simplesmente, fazer cumprir o Regimento. É evidente que este tipo de situações que ninguém esperava, veio trazer aqui, digamos, algumas situações, mas na minha opinião e muito bem, o Senhor Presidente tem as minhas felicitações. Penso que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal esteve muito bem, relativamente, a isto. É evidente, que há aqui questões que se podem colocar que são pertinentes como, por exemplo, os Presidentes das Juntas de Freguesia têm direito, ou não de intervir nessa qualidade? É evidente que têm, mas isto remete para o Regimento e este pura e simplesmente não prevê essa situação. Obviamente, que os Regimentos são aquilo que são, mas enquanto não for alterado, o Regimento é este. E, portanto, estas situações são sempre muito complicadas.

Para terminar queria aqui trazer uma reflexão que há algum tempo me preocupa bastante que é o seguinte, todos temos responsabilidades, direitos e deveres no que respeita à construção da nossa comunidade. Estamos aqui num órgão político por excelência, obviamente, que a Assembleia Municipal é um órgão muito importante e todos devemos de alguma forma ponderar, tendo em conta que vamos entrar, ou já entramos numa campanha eleitoral e vamos ter um ato eleitoral dia 26 de setembro. Penso que todos nós, quer representantes dos partidos, quer os titulares dos órgãos, quer as pessoas em termos individuais, toda a comunidade e instituições, todos devemos ter aqui em mente que aquilo que nos une é a cidade de Castelo Branco.

Acho que Castelo Branco está a passar por um período extremamente complicado. Penso que todos nós, temos, por ventura, uns mais que outros, alguma responsabilidade nas situações,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

mas acho que todos devemos fazer um esforço positivo, no sentido, de promovermos com orgulho aquilo que vemos na nossa cidade. Todos nós temos ideias legítimas, achamos que deve ser de uma maneira, ou de outra maneira que se deve tomar uma atitude ou algumas medidas. Penso que todos nós temos a responsabilidade de dar o melhor e perceber que há questões que nos separam, mas, também há uma que nos deve unir e essa que nos deve unir é a nossa cidade, é o prestígio da nossa cidade, das nossas instituições e penso que estamos nesta perspetiva um pouco mal.

Quero cumprimentar todos os Órgãos que vão terminar a sua função muito em breve, este como digo, foi um mandato completamente atípico por várias razões e penso que todos procuraram fazer o melhor possível. Muitas vezes é muito mais fácil criticar do que tentar perceber o que é que levou à tomada de uma, ou de outra decisão.

Quero cumprimentar todos que com certeza deram o melhor de si para que pudéssemos chegar até aqui, esta cidade vai continuando, as pessoas passam, os Executivos passam, como as Assembleias passam e a cidade vai ficando e todos nós, devemos ter a obrigação de nos esforçarmos ainda mais e, acima de tudo, como disse há pouco, percebermos que é a nossa cidade que está aqui em causa. Temos a obrigação moral de deixar esta cidade melhor do que a encontramos, independentemente dos partidos, das ideologias, independentemente de algumas desavenças que são perfeitamente normais, mas o que é também importante no fim de contas, é respeitarmo-nos todos uns aos outros e perceber que quem ganha, não tem sempre razão e muitas vezes quem está na oposição, tem algumas vezes razão e outras vezes não tem.

E, portanto, termino esta minha intervenção, no que diz respeito, a este mandato, desejando a todos muitas felicidades. Felicito o Senhor Presidente da Assembleia Municipal pelo esforço que fez. Felicito também o Executivo que com certeza deram o melhor que podiam e sabiam, dentro de uma conjuntura muito própria, muito específica, com certeza muito difícil, sem grande experiência, sem grandes antecedentes do que se poderia eventualmente fazer perante esta situação. E para todos os Membros da Assembleia, queria deixar aqui na minha modesta opinião e em termos pessoais uma felicitação muito grande e desejar que o futuro possa ser mais risonho para a nossa cidade.

José Alberto Moreira Duarte (PSD) – O tempo urge, tinha um discurso escrito, já não o posso fazer porque não tenho tempo para isso, talvez o PS nos ceda algum tempo.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Quero dizer só o seguinte, estamos no fim do mandato, foram 4 anos, cada um fez o seu papel. O Executivo fez o seu papel, a Assembleia trabalhou desta forma. Nós Oposição também o fizemos quer ao nível de Executivo, quer ao nível das Assembleias, sempre com propostas credíveis e capazes de levar Castelo Branco para a frente. Não fomos bem recebidos na maior parte delas, no entanto, o Eng. Jorge Neves acaba de dizer que a oposição também tinha razão e por isso, encerro também, hoje, o nosso mandato, desejando a todos o melhor.

José Manuel Pires Ribeiro (BE) – A vida política do nosso concelho continua marcada por factos que condicionam o seu desenvolvimento.

A declaração de insolvência da DIELMAR foi uma surpresa camuflada por alguns que não acautelaram os interesses da freguesia de Alcains e também do concelho.

Apesar de todos os apoios estatais, ficámos a saber que a autarquia terá adquirido as antigas instalações da fábrica, para a criação de um Centro de Criatividade para a moda. A verdade é que, passados alguns anos, o imóvel continua sem qualquer utilização e em contínua degradação.

Resta-nos aguardar que sejam encontradas soluções de futuro que permitam a manutenção da marca e dos postos de trabalho, para que a economia das famílias e do território não sofra qualquer impacto.

Por outro lado, também fomos surpreendidos com as notícias sobre o Centro do Figo da Índia que estava relacionado com a empresa municipal Terras da Beira Baixa, entretanto, extinta e com exercícios consecutivos de resultados negativos. De acordo com a imprensa, a autarquia continua a pagar a renda das instalações de Maxiais, por não ter espaço disponível para armazenar os equipamentos.

Na mesma linha, podemos referir a destilaria de Stº André das Tojeiras, investimento camarário de quase 300.000 € e que, passados 4 anos, continua sem laborar.

Quanto à albufeira de Stª Águeda, depois da instalação de um cerejal, de caminhos públicos bloqueados, de construções ilegais, do surgimento da proposta de criação do Regadio Gardunha Sul que vai retirar um elevado volume de água, superior ao atualmente consumido pela população de vários concelhos, somos confrontados com a decisão camarária de proibição de banhos, quando a piscina municipal continua aberta, situação que permitiu dar maior visibilidade



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

à inoperância continuada da autarquia, quanto ao ordenamento daquele território, seja pela ausência de painéis informativos, seja pela manutenção de situações ilegais.

Na mesma linha, somos confrontados com o bloqueio total de um caminho público de acesso ao cais - pago com dinheiros públicos - do Rio Tejo, utilizado pelas populações ribeirinhas de Malpica do Tejo e Herrera de Alcântara, desde o século XVII. Sabemos da existência de vários processos judiciais, mas a insustentável situação continua inalterável, exigindo-se uma solução definitiva favorável aos interesses da comunidade.

Soubemos ainda que o governo recusou homologar os novos estatutos do Instituto Politécnico de Castelo Branco, aprovados pelo Conselho Geral da instituição, com base na inexistência de referências ao local da instalação da nova unidade, resultante da fusão com a Esgin de Idanha-a-Nova e integrada na reestruturação do número de escolas do Politécnico.

As opções centralizadoras estão em causa e agora aguardamos pelos próximos desenvolvimentos.

Por fim, também questionamos a ausência de estratégia do Município para a Habitação, sem aproveitamento do Programa de Apoio ao Acesso à Habitação 1.º Direito, no caso de áreas urbanas degradadas, como é exemplo notório o Bairro do Castelo.

A autarquia apresentou alguma candidatura ao abrigo do Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbanas- IFRRU 2020?

Pelo que sabemos só se registou 1 candidatura no nosso território, através de uma associação empresarial.

Estamos prestes a iniciar um novo ciclo do poder local.

Esperemos que os resultados eleitorais permitam uma gestão autárquica mais democrática que, em alternativa ao discurso continuado e falacioso do sucesso, promova o desenvolvimento do território, na defesa do ambiente e recursos naturais, na defesa do património e habitação, na proteção do emprego e captação de novas empresas, promovendo a coesão social e combatendo as desigualdades.

Eliseu Matos Pereira (PSD) – Ao longo deste mandato que agora se aproxima do seu final, mantivemos de forma muito ativa na agenda deste fórum privilegiado que é a Assembleia



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Municipal de Castelo Branco, dois temas fundamentais para o desenvolvimento do nosso concelho.

Por um lado, as freguesias, os seus problemas e necessidades, pois o concelho não pode evoluir se não aplicar políticas robustas de coesão territorial e social que possam, em definitivo, inverter o flagelo do seu despovoamento como atestam os últimos resultados dos Censos.

Por outro lado, o apoio à atividade económica do nosso concelho caracterizado pelo pequeno comércio e ofícios que necessitam de um maior apoio e políticas de incentivo pelo município que possam contribuir para a continuidade dos seus negócios e essenciais à sua coesão social e de emprego do nosso concelho.

Aos candidatos aos vários órgãos autárquicos, na eleição do próximo dia 26 de setembro, desejo que possam concretizar com sucesso as suas expectativas, se essas pudessem contribuir realmente para a melhoria da qualidade de vida das pessoas que vivem no nosso concelho.

Para os candidatos a Presidentes das Juntas de Freguesia uma palavra de incentivo que são fundamentais no desenvolvimento para as freguesias e suas populações que representam. Deverão ser mais assertivos nas suas reivindicações, pois a padronização e financiamentos das freguesias pelos municípios que assistimos nas últimas duas décadas não vai ao encontro das reais necessidades e especificidades de cada freguesia, não defendendo assim, os seus reais interesses.

Termino com a convicção de que em política devemos respeitar os nossos adversários e não os considerar nunca como inimigos.

Presidente da Câmara Municipal – Quero dizer de uma forma muito simples, reportando ao início desta Assembleia Municipal, no Período de Antes da Ordem do Dia e é um convite se me permitem sem grandes exclamações, ou provérbios, ou palavras que acima de tudo são concretas, aquelas que vou dizer. É um convite à reflexão, se ganhamos alguma coisa com esta iniciativa de não permitir que as pessoas falassem. É um convite a todos, também faço convites a mim mesmo porque estamos no final do mandato e acho que é uma reflexão que todos devemos fazer até do nosso trabalho, do nosso empenho, da nossa dedicação em prol das pessoas, em prol dos albiastrenses. E, neste sentido, portanto, é só unicamente um convite e não faço mais comentários sobre essa situação.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Em relação às várias intervenções, quero de uma forma também muito simples, diria que todas de uma forma uníssona, tiveram a hombridade de reconhecer o trabalho deste Executivo e obviamente, também reconheço o trabalho da Assembleia Municipal.

Quanto ao Executivo, queria dizer-vos que temos memória, temos recordatória, temos biblioteca viva de todo o nosso trabalho, mas acima de tudo, no período destes quatro anos.

Quero-vos dizer que assisti e intervim nos vários órgãos de uma forma, diria, sem qualquer chapéu, ou boné, ou seja, aquilo que for a cobrir-me a cabeça, intervim e trabalhei sempre de uma forma pessoal, mas para benefício dos albicastrenses e nunca em caso algum me senti intimidado, aborrecido com alguma crítica, nem tão pouco me senti defraudado das minhas expectativas.

Sabia para o que vinha e tive o cuidado de dizer logo no início a quem me convidou, qual seria a minha postura porque ao longo da minha vida sempre foi minha postura. Quero-vos dizer que ao longo destes quase quatro anos, sinto-me descansado, em consciência. Tivemos muito trabalho. “Tivemos”, utilizo uma palavra que engloba todos, o Presidente da Câmara ou o Membro do Executivo esteve sempre do lado dos albicastrenses, do lado das organizações, das instituições.

E quero-vos dizer que tenho oito sebatas como esta, escritas. Aliás, quem me conhece ao longo da minha vida e da vida militar, sempre escrevi tudo. O que fica, é a nossa memória, a nossa Biblioteca viva. E, quero referir que assisti a situações de elogios, situações de falta de expectativas, a situações que me incomodaram porque tinha a ver com saúde, sensibilidade realista de uma pessoa do Interior, uma pessoa da Beira Baixa, de uma pessoa que vive os problemas das outras pessoas, também a minha carga solidária também esteve presente. Obviamente, que tentei sempre resolver as coisas e quero dizer-vos também que fui apoiado por muita gente nesse sentido.

Quanto ao trabalho, costumo dizer que não gosto de trabalhar, por isso é que faço logo as coisas. É pena que alguns só agora descobriram que afinal havia muito trabalho a fazer e que não reconhecem também o mérito do trabalho dos outros. Eu acho que isso é negativo para as pessoas, é negativo para Democracia. Eu lembro que a Democracia e todos sabem e não estamos aqui para dar nenhuma lição de história, nem de política e quero-vos dizer que tenho o privilégio de ter estado fora, cá dentro, em Portugal, também no estrangeiro, isso permitiu-me abrir muitos horizontes e também conhecer muita gente e ter tido muitas iniciativas e lamento que por vezes o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Interior ainda caia no ostracismo, do mesmo Interior. É um apelo que faço e já que estamos em Pré-Campanha Eleitoral, ou quase, conforme o calendário que queiram, portanto, argumentar nesse sentido.

Em relação às perguntas, diria que algumas já foram sobejamente dadas as respostas sobre as mesmas.

Já se falou do Figo da Índia. Falou muita gente do Figo da Índia. A Câmara Municipal teve a atitude que qualquer organização do Estado do erário público deve ter. É uma Associação que até nasceu na sua génese muito antes de 2013, é preciso termos memória, mas, efetivamente, nasceu depois de 2013, o que quer dizer que houve muitos anos de trabalho. Obviamente, que havia um conhecimento, uma competência que era limitada sobre essa área e que chegou a um ponto que não tinha atividade e, obviamente, a Câmara Municipal e o Executivo disseram, “não, fecha-se a porta, a maquinaria pertence à Câmara Municipal, estão ali quase trezentos mil euros, não vamos defraudar o erário público, vamos salvaguardar sobretudo aquele material”. E foi isso que foi feito, andamos a ver se conseguíamos um espaço para colocar aquele material e incentivamos a Associação, portanto, a ter iniciativas no âmbito da atividade própria. Não o fez, imediatamente, também não houve subsídios para a Associação, aliás está bem fundamentado nos documentos da Câmara Municipal.

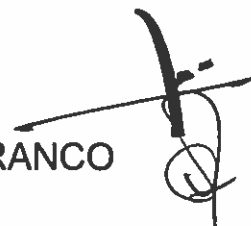
Recordo aqui a intervenção da Deputada Carina Caetano, já tivemos cinema ao ar livre, ainda sou do tempo do cinema ao ar livre no parque, obviamente que também me trás algumas recordações boas do meu tempo da juventude. Alguns aqui presentes não conhecem a cidade, não estiveram cá nesses períodos, mas isso não os faz menos albicastrenses, obviamente, se calhar, têm que ter o cuidado de perguntar a quem sabe, ou quem esteve na altura.

Depois ouvi vários elogios a várias iniciativas, eventos, recordo aqui os Sabores de Perdição que foi aqui falado pelo Senhor Nuno Figuiinha, representante do PSD, porque não há Deputados Municipais, contrariamente aquilo que alguns dizem. Portanto, só vos alerto para esta situação, não há Deputados Municipais, há representantes dos Partidos Políticos, portanto, é só uma breve palavra sobre isso, mas, evidentemente, que de uma forma tradicional se chamam Deputados Municipais.

Falou aqui o Miguel Barroso sobre as políticas da Juventude. A Juventude é um assunto importante e falei disso acerca de 30 segundos atrás o porquê da sua importância.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO



Sobre habitação, quero dizer-vos que a Câmara Municipal, duplicou o Habitar Castelo Branco, o investimento total anda à volta dos dois milhões de euros e, obviamente, tivemos algumas iniciativas, as pessoas que estavam aliadas a essa atitude não foram céleres na elaboração de algum documento e, portanto, estamos numa fase de final de mandato e início do outro de quatro anos, obviamente que é um desafio que deixo, aliás não sou candidato, mas vou estar atento, como se costuma dizer e tenho dito, vou assistir de cadeirão, mas vou mesmo andar por cá.

A destalária está feita, falta só um pequeno equipamento, vai começar a funcionar em princípio ainda este ano.

A Albufeira não foi a Câmara municipal, obviamente, proibiu através de uma informação da APA, em relação, portanto, à Albufeira de Sta. Águeda, Marateca, na Póvoa de Rio de Moinhos e Lardosa.

Obviamente que acompanho com alguma inoperância, mas quem sou eu para falar de um pilar do Estado que é a Justiça, em relação ao caminho de Malpica para o Tejo.

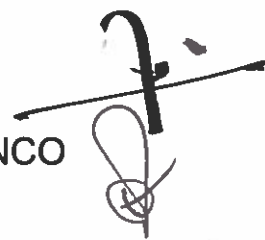
Fez na segunda-feira oito dias que estive em Herrera de Alcântara naquele exemplo de cidadania para verificarmos se a fronteira de uma zona fronteiriça raiana, entre Portugal e Espanha não mudou. Contrariamente, na história é também importante dizer que há muitos anos e não é a canção do José Cid que a fronteira entre Espanha e Portugal não era ali, onde está hoje, mas, evidentemente, que ao longo dos anos foi mudada e está lá, uma linha imaginária, mas está definida no mesmo ponto com Herrera de Alcântara.

Quero dizer que temos feito tudo o que é possível em termos jurídicos para tentar que aquela situação do caminho seja resolvida o mais depressa possível.

E falo no problema das freguesias que foi aqui falado, de uma forma global, abrangente. Foram quatro anos, mais uma vez de aprendizagem ao longo da minha vida, tenho tido muitas aprendizagens, mas quero também dizer-vos que senti que fiz o meu exercício de cidadania, sem me oferecer para nada, de uma forma, identificaram o meu nome, a minha pessoa para trabalhar em prol dos Albicastrenses. Nunca andei à procura de um lugar ao longo da minha vida. Assumi cargos, alguns na minha vida profissional e também, outros foram sempre iniciativas dos outros que me identificaram como uma pessoa que poderia ser útil à sociedade e à comunidade. Nunca me andei a oferecer para aqui, ou para acolá, para um cargo ou para outro, é a minha forma de estar na vida, sempre. Como disse, e repito e reitero em prol das pessoas e no caso particular



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO



continuo a dizer que não admito a ninguém que diga que gosta mais de Castelo Branco e dos albicastrenses do que eu. Gosto de me sentir útil.

Termino este período de mandato, como disse há pouco, de consciência tranquila.

Obrigado pelo vosso trabalho.

Obrigado pela vossa dedicação.

Obrigado pelo vosso empenho.

E obrigado pelo vosso apoio.

II – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Ponto 1 - Appreciar uma informação do Presidente da Câmara sobre a atividade municipal e situação financeira do Município.

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de 01/09/2021

Informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal

(alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e artigo 35.º do RAMCB)

- a) e b) **Atividades desenvolvidas pelas associações, fundações e outras entidades de cariz não empresarial, bem como nas empresas municipais ou outras entidades em que o Município detenha alguma participação no capital social ou equiparado, e os resultados disponíveis de natureza económica financeira: têm-se pautado pela normalidade, nada havendo a registar. Os relatórios de atividades e contas têm vindo a ser oportunamente remetidos, nos termos da lei, aos órgãos municipais.**
- c) **Situação financeira em 20/08/2021:**
- i) **Saldo de Operações Orçamentais – €42.621.395,44**
 - ii) **Saldo de Operações Não Orçamentais – €5.805,89**
 - iii) **Valor em dívida em 20/08/2021 – €670.532,14**
 - iv) **Outros:**
 - **CMCB – Ver anexo I.**
 - **SMCB – Ver anexo II.**
- d) **Reclamações: Nada a assinalar.**
- e) **Recursos hierárquicos – Nada a assinalar.**

Processos judiciais em curso/ fase processual atual – Ver anexo III.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Presidente da Câmara Municipal – É a última Assembleia Municipal, ordinária e, obviamente, foi um documento melhorado ao longo dos anos, dos tempos.

Quero dizer também de uma forma sucinta que a situação financeira do Município, tem um saldo de execuções orçamentais superior a quarenta e dois milhões de euros.

Penso que haverá dinheiro para fazer alguma coisa, mas não se iludam com esse valor. É também, como disse, o início, um convite porque, obviamente, é preciso ter cuidado porque é o dinheiro de todos nós e também daqueles que mais precisam e, obviamente, é o valor que vos queria dizer e que está plasmado nos documentos que foram distribuídos.

Álvaro Manuel Reis Baptista (PSD) – A circunstância desta ser a última Assembleia Municipal, obviamente, não deixa de ser uma reunião de trabalho, onde temos que trabalhar e discutir o futuro de Castelo Branco porque se todos estamos interessados e preocupados com o futuro, é a trabalhar e a discutir os problemas relevantes do Concelho de Castelo Branco que desempenhamos cabalmente a nossa missão, não é com desculpas ou com um outro tipo de armamentário qualquer, esperando que no futuro tudo seja bom.

O futuro começa-se a construir hoje, começando aqui a trabalhar e a discutir seriamente também nesta Assembleia Municipal os problemas de Castelo Branco.

Dizer ao Senhor Presidente da Câmara, ao Executivo e também ao Partido Socialista que sempre sufragou o Executivo nesta sua política de não cumprir a lei que esta informação sobre a atividade municipal continua a fazer aquilo que tem sempre feito. A lei não está a ser cumprida, isto é, o Executivo não dá a esta Assembleia a informação que a legislação e o próprio Regimento da Assembleia Municipal determina em concreto. A Câmara Municipal está obrigada a descrever as atividades desenvolvidas nas associações, fundações e outras entidades de cariz não empresarial, bem como, outras empresas municipais ou outras entidades em que o município detenha alguma participação no capital social ou equiparado e os resultados disponíveis de natureza económica financeira. Sobre isto, a Câmara diz, simplesmente, o seguinte, têm-se pautado pela normalidade nada havendo a registar. A questão é que olhamos para o passado e não verificamos nenhuma informação objetiva nas últimas informações que o Executivo tem dado. E, portanto, temos que dizer que existe aqui claramente com a cumplicidade óbvia do PS, com a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO



vontade expressa do PS porque este Executivo não deixou de ser do PS e a maioria desta Assembleia não deixou de ser do PS e até agora nunca ninguém do PS aqui se revelou por este incumprimento da lei.

Quero dizer que a Democracia faz-se ouvir, explicar, responder e cumprir a lei. Não existe na Democracia possibilidade de não cumprir a lei e aqui quem tanto bate no peito a querer o futuro bom para Castelo Branco, tem de começar por cumprir a lei, ou então promover a sua alteração porque a democracia faz-se cumprindo as regras. Só cumprindo as regras nos podemos todos designar como democratas.

Quero dizer que é essencial que o Executivo, hoje, e no futuro dê informação completa sobre a sua atividade a esta Assembleia porque é através desta Assembleia que a informação chega às pessoas. As pessoas têm o direito de serem informadas, e exigem ter informação. E, por isso, Senhor Presidente vamos às questões concretas.

Este Executivo fez por ajuste direto uma aquisição de Serviços Jurídicos de Patrocínio Judiciário, no Processo nº. 134/21.8 BECTB, no valor de 45.000,00, a uma Sociedade de Advogados de Lisboa. Curiosamente, consultada a listagem dos processos pendentes que nos foi facultada, este processo judicial não consta.

A primeira questão que queria perguntar ao Senhor Presidente, porque é que foi necessário contratar uma empresa de Advogados de Lisboa para prestar serviços jurídicos num processo e pagar-lhe 45.000,00 mil euros? Este processo é assim tão especial? Que processo é este? E porque é que ele não aparece na listagem que consta aqui no final desta informação?

Quero lembrar, quando há ajustes diretos significa que a Câmara escolhe diretamente um prestador de serviços. Não há um concurso, não há uma consulta, a Câmara manda alguém à porta de um empresário, de um prestador de serviços e diz, “quero que seja você a prestar esse serviço”. E, portanto, cada vez que há uma escolha de um ajuste direto, cada vez que a Câmara Municipal de Castelo Branco decide contratar a pessoa A, empresário B ou comerciante C para prestarem aquele serviço, excluindo à partida todos os outros. É essencial que nos seja explicado a nós, aos munícipes lá fora, porque é que houve essa opção, se não teremos de qualificar como obscura essa decisão. Hoje, isso não é permitido, não pode ser aceite, porque os políticos, Senhor Presidente



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

da Câmara, os Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais do PS que governam há tantos anos este concelho, é importante dar informação às pessoas, é importante que saibamos porque é que isto acontece, sobretudo, quando acontece e isso é o dia a dia nesta Câmara Municipal quando são escolhidas empresas e prestadores de serviços do litoral, de Lisboa, do Porto ou de qualquer outra parte do país e não se escolhe ninguém em Castelo Branco que é capaz de fazer a mesma atividade de vender o mesmo bem, prestar o mesmo serviço. Os políticos têm que sérios, temos que evidenciar a nossa seriedade perante os cidadãos.

Senhor Presidente porque é que há tantos ajustes diretos a empresas de fora de Castelo Branco?

Porque é que foi contratada uma empresa de Castelo Novo para fazer um estudo prévio de levantamento da rede pedestre e ciclável do Concelho de Castelo Branco, no valor de 14.525,00, Senhor Presidente? Não havia nenhuma empresa de Castelo Branco capaz de fazer este serviço?

Outro ajuste direto, Senhor Presidente, no valor de 13.450,00, uma entrega a uma empresa neste caso de Castro Verde, a organização de visitas guiadas aos percursos de birdwatching existentes no concelho de Castelo Branco. Não havia Senhor Presidente da Câmara, Senhores Membros do Executivo nenhuma empresa de Castelo Branco que fosse capaz de organizar visitas para observação de pássaros? Eu sinceramente tenho muitas dúvidas. Acho que todos temos dúvidas que não haja uma empresa de Castelo Branco capaz de organizar visitas para observar pássaros, cabe ao Executivo explicar o porquê desta opção de uma empresa de Vila Verde.

Há muitas outras situações que poderiam ser citadas, não vou estar aqui a sacrificar os Senhores Membros da Assembleia Municipal e os Senhores Membros do Executivo.

Quero dizer, Senhor Presidente da Câmara que desta vez fiz-lhe perguntas muito concretas, poucas perguntas, podia fazer muito mais, como o Senhor sabe, sobre essa informação concreta, para ver pelo menos se desta vez que é a última Assembleia Municipal, V. Exa faz o favor de cumprir a sua obrigação que é de prestar esclarecimentos sobre estas perguntas que são aqui feitas, concretamente por quem está aqui a representar o povo porque se não o fizer, não está a cumprir a sua obrigação e a final o seu amor por Castelo Branco não é assim tão grande que o leve a querer cumprir de forma exemplar os seus deveres.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

José Manuel Pires Ribeiro (BE) – Senhor Presidente da Câmara, em primeiro lugar, gostaria de lhe perguntar, qual a razão que na listagem que nos é enviada pela Câmara Municipal em todas as sessões não constam todos os procedimentos no período que está em apreço, de 18 de junho e agosto.

Também lhe quero perguntar, já foi referido pelo anterior Deputado Municipal, Álvaro Batista que questionou sobre o patrocínio de uma Empresa de Advogados de Lisboa quando julgo que a Câmara tem um serviço jurídico avençado.

Depois ainda, pedir um esclarecimento sobre a aquisição de suportes para telemóvel em chapa metálica, no valor de €18.296,00.

Também a aquisição e manutenção de uma plataforma para gerir o Associativismo no Concelho de Castelo Branco à Empresa Libertium, pelo valor de €9.440,00.

E por último, digamos, o procedimento que mais me surpreende, no valor de €55.100,00, para aquisição de Serviços de Diretor de Aeródromo e de Diretor de Aeródromo Adjunto para o Aeródromo Municipal de Castelo Branco e a Empresa a quem foi adjudicado este procedimento, chama-se Atalho Nómada, lda., tem sede em Armação de Pera e a atividade conhecida é o ramo imobiliário. Pergunto, o que é que isto tem a ver com aviação e com Aeródromo? Não percebo.

Presidente da Câmara – Vou responder a cada uma das suas perguntas, Senhor Deputado Álvaro Batista e Senhor Deputado, Representante do BE.

Quero dizer que em relação ao ajuste direto a uma Empresa de Sociedade de Advogados de Lisboa quer dizer que tratamos do processo da Valamb e, obviamente, não consta aqui porque não verificamos, mas devia constar. É um processo como sabe, demasiado divulgado, diria mesmo informado sobre essa situação. Portanto, entendemos consultar o Consultor Jurídico da Câmara Municipal que de uma forma sucinta, objetiva e concreta, indicou-nos esta Sociedade de Advogados. Estamos a falar de um pedido de indemnização bastante grande e foi nesse sentido que escolhemos esta Empresa.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO



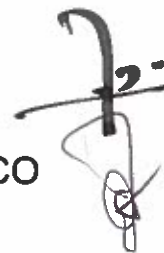
Quanto àquela abertura do procedimento de diagnóstico de estudo prévio e levantamento de necessidades da rede pedestre e ciclável do Concelho de Castelo Branco e também na aquisição serviços para formação e organização de visitas guiadas aos percursos de birdwatching no concelho de Castelo Branco, o chamado observação de pássaros, obviamente que não é só observação de pássaros, por vezes parecem coisas simples, mas não são. Não foram identificadas empresas aqui na região, quer de uma, quer de outra. Quero-lhe dizer que o fizemos, mas não apareceu nenhuma empresa da região, tivemos que ir para mais longe e foi neste sentido que escolhemos estas duas empresas.

Depois em relação à pergunta objetiva, também algumas estão aqui repetidas. Em relação ao Aeródromo, Diretor Adjunto, quero dizer-vos que o nosso Aeródromo Municipal está a fazer o seu caminho e, acho que bem sustentado de uma forma de projeção para o futuro e foi necessário, portanto, ter pessoas com melhor competência técnica na questão da certificação.

E quero-vos dizer que o nível 5, já é acima do número que está, portanto, designado, em termos da ANAC. Obviamente, têm que ser pessoas capacitadas e competentes nessa área e não é fácil ter pessoas nessa área disponíveis nos aeródromos que já existem em Portugal. E quero dizer que foram várias vezes feitos contactos para aeródromos que já têm mais ou menos a estrutura, ou aquilo que pretendemos ter para o futuro e não foi fácil arranjar pessoas com essa qualificação. Os Serviços quando verificaram esta empresa, penso que não está correto, no entanto, de uma forma mais concreta, posso-lhe dizer que não tem só essa atividade, tem mais, nem sabia que tinha essa atividade.

Ponto 2 - Discussão e votação da proposta de “3.ª Revisão Orçamental Modificativa do Ano 2021”. (Proposta n.º. 33/2021)

Presidente da Câmara Municipal – Como sabem as proporções de aumento do gás e da eletricidade está a ser uma coisa, diria imensurável, é uma coisa desastrosa para o erário público e para os consumidores domésticos, e tivemos que fazer uma revisão orçamental precisamente por essas duas situações que ocorreram. Como sabem também tivemos que extrapolar para os anos seguintes no que diz respeito ao Orçamento e foi nesse sentido que tivemos que fazer esta



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

alteração, portanto, esta revisão orçamental, relativamente ao ano de 2021, no que diz respeito ao aumento do gás e da eletricidade.

Não sei se tiveram o cuidado de ver, mas estamos a falar de valores extremamente elevados e é uma preocupação também para o futuro quando se diz que temos muito dinheiro na Câmara Municipal, reparem bem o dinheiro que vai ser necessário para pagar todas estas despesas que são despesas efetivas.

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 5 votos contra do PSD, 3 abstenções da CDU, CDS/PP e BE e 15 votos a favor, aprovar a 3.ª Revisão Orçamental Modificativa do Ano 2021.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 1.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

Ponto 3 - Discussão e votação da proposta de “Celebração de Contratos Interadministrativos com Juntas e União de Freguesias”:

Presidente da Câmara Municipal – O ponto 3.1 tem a ver com uma Adenda ao Contrato Interadministrativo com a União de Freguesias de Freixial do Campo e Juncal do Campo para Instalação de Espaços de Cidadão no Ninho do Açor e Sobral do Campo. O segundo ponto tem a ver com uma retificação ao Contrato Interadministrativo com a União de Freguesias de Freixial e Juncal do Campo para a ampliação do Centro Comunitário do Barbaído, não estava referido o Iva, são mais seis mil euros que não estava contemplado.

3.1. União das Freguesias de Ninho do Açor e Sobral do Campo. Adenda ao Contrato Interadministrativo para Instalação de Espaços de Cidadão no Ninho do Açor e Sobral do Campo. (Proposta n.º. 34/2021)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Adenda ao Contrato Interadministrativo com a União das Freguesias de Ninho do Açor e Sobral do Campo para Instalação de Espaços de Cidadão no Ninho do Açor e Sobral do Campo, no valor de €3.500,00.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 2.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

3.2. União de Freguesias de Freixial do Campo e Juncal do Campo. Ampliação do Centro Comunitário do Barbaído. Retificação do valor inicial. (Proposta n.º 35/2021)

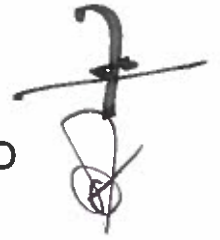
A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, retificar o valor inicial (€110.020,00) do Contrato Interadministrativo com a União de Freguesias de Freixial do Campo e Juncal do Campo para ampliação do Centro Comunitário do Barbaído, o valor adicional de €6.601,20, referente ao valor do Iva.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 3.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

ADITAMENTO À CONVOCATÓRIA DA SESSÃO DE 01/09/2021

Ponto 4 – Apreciação da proposta de “Designação do Júri para o Procedimento Concursal para Provimento do Cargo de Direção Intermédia de 2.º Grau – Chefe de Divisão de Serviços Técnicos. (Proposta n.º 36/2021)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Presidente da Câmara Municipal – Em relação a este ponto trata-se, como sabem o Engenheiro Carvalho passou à situação de reforma e necessita ser substituído, nesse sentido é a aprovação da designação do Júri para Chefe de Divisão de Serviços Técnicos dos Serviços Municipalizados de Castelo Branco.

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com sete abstenções, 5 do PSD, 1 do BE e 1 do CDS/PP, aprovar a designação do Júri para o Procedimento Concursal para Provimento do Cargo de Direção Intermédia de 2º. Grau – Chefe de Divisão de Serviços Técnicos.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 4.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

Presidente da Assembleia Municipal – Antes de passar a palavra ao Senhor Luís Barroso, queria dar aqui uma nota breve de despedida.

Foi para mim um privilégio ter feito parte desta Assembleia Municipal, nomeadamente, neste lugar da Presidência da Mesa da Assembleia Municipal.

Tenho a convicção que fiz o melhor que sabia e podia, lamentavelmente, hoje houve um episódio que não foi agradável, mas como já aqui foi dito, temos que cumprir a legislação, o regulamento e a palavra não foi retirada a ninguém, ninguém foi impedido de falar, só não foi permitido que Deputados Municipais que deixaram de pertencer ao partido para que foram eleitos, pudessem utilizar o tempo do PS. Recomendava a quem tiver alguma dúvida, ler o Regimento da Assembleia Municipal, no artigo 9º, alínea c), para não haver qualquer dúvida sobre isso.

De facto, foi uma situação lamentável, seria escusado se os Senhores Deputados tivessem algum bom senso, nomeadamente, aqueles que se inscreveram e não tivessem pedido a palavra, mas é um episódio que, de facto, não me agradou muito e nem agradou a ninguém. De qualquer modo, não vai de qualquer maneira ofuscar o trabalho que penso meritório que todos fizemos ao longo destes quatro anos e as minhas palavras são de agradecimento a todos vós, pelo contributo que deram, com propostas, com todo o vosso trabalho, com a preparação das Assembleias



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO



Municipais para poderem vir aqui discutir os pontos e os assuntos de interesse para o nosso Município, o meu muito obrigado por isso, em meu nome e em nome da Mesa.

Quero também cumprimentar e felicitar o Executivo pelo trabalho que desenvolveu durante estes quatro anos que também não tenho dúvidas nenhuma que fez o melhor que podia, Executivo eleito pelo PS e que fez de facto o trabalho em nome do PS da melhor maneira que soube e, digamos, com todos os meios que teve ao seu dispor.

Desejo muitas felicidades no futuro a quem fica e aqueles que já não estarão nestas lides políticas.

Também posso acrescentar, como já devem ter verificado, não me recandidato a nenhum cargo político porque também entendo que há alturas para tudo e chegou o meu momento de deixar espaço para os mais novos e mais capazes, poderem prestar todo o seu serviço, digamos, ao povo albicastrense.

Penso que também, com certeza que a D^a. Teresa Freire quer dizer alguma coisa.

Teresa Paula Santos Crúzio Freire (Presidente da Junta de Freguesia de Monforte da Mesa e 2^a. Secretária da Assembleia Municipal) – Chegou também a minha hora do adeus, embora seja um adeus em termos de Assembleia e Política. Como a maioria de vocês sabem, não sou candidata à Junta de Freguesia de Monforte por opção própria porque tive um convite do Movimento Independente Sempre e do PS, da qual sou militante. Estamos todos nesta caminhada e todos por Castelo Branco e para mim o que contam são as pessoas, respeito a ideologia de cada um e vamo-nos encontrar por aí.

Desejo as maiores felicidades para todos e foi um gosto trabalhar, quer com os meus colegas de Mesa, quer com o Senhor Presidente, os Senhores Vereadores, com todos vós colegas de Assembleia Municipal.

Muita saúde, harmonia e paz para todos.

Intervenção do Público



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Luís Vicente Barroso – Uma nota prévia para lamentar os incidentes regimentares, que aconteceram no início desta sessão. A democracia e os seus órgãos autárquicos têm destas vicissitudes políticas.

O seguidismo “cego”, não pode, porque agora nos dá “jeito”, ser equacionado por aqueles que nunca o contestaram ao longo destes quatro anos.

Que lhes sirva de exemplo e reflexão para o futuro. O Regimento tem de ser rapidamente revisto para evitar estas e outras situações embaraçosas.

Como referi no pedido que apresentei como cidadão ao abrigo do Regimento desta Assembleia Municipal, trago dois assuntos para todos refletirmos, e alguém me responder às perguntas que irei colocar.

O primeiro diz respeito à Alameda da Rua Conselheiro Albuquerque, que é daquelas obras que dá gosto serem apreciadas e desfrutadas, por todos nós, depois de concluídas.

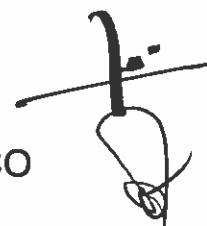
São 1 120 metros quadrados de requalificação urbana e paisagística, que resultaram num espaço de fruição e circulação de qualidade, para os Albicastrenses.

Foi colocado mobiliário urbano, criados canteiros ajardinados e floridos, que embelezam e dão alegria a todo o arruamento, para além da melhoria das redes de infraestruturas, como as águas pluviais e a iluminação led.

O que já não se entende é o disparate do calcetamento das caldeiras em 11 árvores das existentes, que asfixiam estes seres vivos, desrespeitando-as, pois é através delas que recebem a água e o oxigénio para o solo.

Põem-se em causa a capacidade de sobrevivência destas árvores centenárias, que no decorrer da obra ainda foi equacionada a hipótese de serem cortadas, mas felizmente não o fizeram, querendo agora condená-las a uma morte lenta.

As árvores potenciam benefícios únicos para o ambiente, saúde, vida animal, previne a desertificação, combatem a erosão, contribuem para a diversidade biológica e para a purificação do ar.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

A responsabilidade pela proteção, conservação e restauração do património arbóreo é de todos nós cidadãos, e do poder público, neste caso, concreto, da Câmara Municipal de Castelo Branco.

- Qual tem sido o contributo de Castelo Branco para travar as alterações climáticas? O futuro depende da qualidade do ar que respiramos e esse mesmo ar depende das nossas árvores urbanas.

- Quais as razões que levaram ao calcetamento das caldeiras de 11 árvores desta Alameda?

- Pensam requalificar as caldeiras, compatibilizando o espaço público e o património arbóreo deste arruamento?

-Vão continuar a fazer podas severas em árvores ornamentais, que é hoje uma prática incorreta e desajustada?

O segundo assunto trata-se de uma “praga” que esta espalhada pela nossa cidade, que é os carros abandonados na via pública, sem inspeção e seguro válidos, ocupando lugares de estacionamento tão necessários para os residentes, para além de causarem prejuízos de ordem ambiental com a degradação destes veículos nos lugares onde estão.

A autarquia tem de ser responsabilizada pelo que se está a passar, e não pode continuar indiferente a este desleixo e degradação do espaço público, pelo que tem de atuar, como o estão a fazer a maioria das Câmaras Municipais do nosso País, em estreita colaboração com as autoridades competentes.

Este estacionamento, abusivo, é ilegal, pois vai contra o Código da Estrada, Artigo 163, pelo que existe toda a legitimidade para disciplinar as ações e procedimentos necessários à remoção e recolha de veículos abandonados, na área do nosso município.

- Tem a autarquia consciência deste problema e da sua gravidade?

- Já desenvolveu alguma iniciativa para o resolver?



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

- Porque não fazem um Regulamento Municipal de remoção de veículos em situação de abandono ou em estacionamento indevido ou abusivo?

Está um carro abandonado na avenida Afonso de Paiva, que demorou mais de um ano a ser sinalizado pela PSP – Polícia de Segurança Pública, e quando o fez em 27 de julho, colocou um autocolante informando o proprietário que tinha 48 horas para o retirar de onde está, senão seria rebocado.

Já passou mais de um mês, e lá está no mesmo sítio, poluindo a avenida e dando um aspeto de desleixo, “gozando” com todos nós que temos de pagar os nossos impostos, ter tudo em ordem e cumprirmos as regras de trânsito.

Uma autoridade que devia ser exemplar no cumprimento de uma decisão de uma infração que ela própria tomou a iniciativa de aplicar, não a executa, incompreensivelmente.

- Têm conhecimento desta situação?

- Segundo consta a culpa é da autarquia, pois o espaço disponibilizado para recolha destes veículos já está cheio, pelo que não pode a PSP – Polícia de Segurança Pública, rebocar mais carros para lá. É verdade?

- Que pensam fazer nesta situação em concreto?

Deixo um cumprimento, respeitoso, ao Executivo e a esta Assembleia Municipal.

Maria do Carmo Batista – Não vou fazer nenhuma pergunta a esta Assembleia, é mais uma reflexão, já muito aqui foi dito. Há que valorizar o trabalho que não é fácil de toda esta equipa, quer do Presidente da Assembleia Municipal, do Presidente da Câmara que em situações, como já foi aqui dito e todos conhecemos de certo modo atípicas muito complicadas para o país e sobretudo para uma região do interior, Castelo Branco. Portanto, daí que com apoios diversos, com outras dificuldades acrescidas, muitas vezes de tomadas de decisões que também são mais complicadas e, portanto, daí compreender o trabalho que tem vindo a ser feito, altura de pandemia e complicada pelos vários motivos que não vou repetir, já foram aqui focados. É importante



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO



respeitar a opinião divergente de cada um e como já aqui foi referido, acima de tudo, está o bem das populações, do Concelho e de Castelo Branco.

O que quero dizer, é que devemos estar todos unidos e cada um dar o seu melhor.

Um desafio que aqui faço e já foi falado muito em cidadania, faço aqui um apelo, a todos os cidadãos que têm aqui participado, não foi aqui de facto referido os cidadãos comuns que tem feito parte ao longo deste mandato das Assembleias Públicas. O horário das Assembleias Públicas para quem trabalha é difícil. Já uma vez falei numa Assembleia Pública que 9.30 horas da manhã para uma sessão pública não é querer ter a participação dos cidadãos porque as pessoas trabalham, têm os seus problemas, em Lisboa, por exemplo, é às 21 horas da noite, em outros locais assim é.

Portanto, o desafio que aqui deixo a quem vier, ao futuro Presidente, é de facto, haver uma mudança, neste sentido, para o bem dos cidadãos que, de facto, é querermos envolver os cidadãos a exercer uma cidadania ativa, acho que devemos ter esta atitude pública de trazer o público às Assembleias.

Os Presidentes de Junta de Freguesia têm uma palavra também especial, nas juntas de freguesia, têm um papel extremamente importante, não é fácil nas aldeias que estão desertificadas com problemas de envelhecimento e, portanto, de uma carência social enorme, o trabalho desenvolvido pelos Presidentes de Junta, quero aqui destacar uma palavra de solidariedade.

Bom trabalho a todos e força no futuro.

Todos acreditamos que Castelo Branco vai ter futuro.

Presidente da Câmara - Respondendo ao Senhor Luís Barroso, o calcetamento das árvores e isto é uma informação técnica e temos que acreditar nos técnicos e não nas pessoas que embora sejam suscetíveis e da sua preocupação, também temos que dar voz aos técnicos, por isso é que são técnicos. Portanto, o calcetamento junto às árvores, o espaço que chamamos caldeiras, não foram calcetadas da mesma forma que o outro calcetamento de todo o espaço da Rua Conselheiro Albuquerque. No entanto, quero-vos dizer que como sabem, é um processo, é um projeto que teve uma arquiteta, pedi a semana passada mais dados sobre o assunto e, obviamente, chegamos à conclusão que danifica a árvores, vamos repor a respetiva caldeira. No entanto, quero dizer-vos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

que esse trabalho de acompanhamento, também está a ser feito pelos Técnicos da Câmara e pela projetista.

Em relação aos carros abandonados, também me preocupa essa situação e por vezes esbarramos nos pedidos que os próprios proprietários ou das famílias, fazem junto do Tribunal para nos impedirem do retirar dos carros. É uma situação que parece o “gato e o rato”. É uma situação que nos incomoda, já temos tirado alguns e quanto à PSP não ter espaço para os colocar, a Câmara Municipal tem alguns carros no espaço do Município que são aqueles que obviamente foi possível retirar e preocupamo-nos para retirarmos os outros que ainda estão, esse que falou é mais um caso concreto que é uma medida dilatória da justiça que não nos permite tirar de lá o carro.

Em relação à Dr^a. Maria do Carmo, agradeço as suas palavras, não foi fácil, mas também como costume dizer “se fosse fácil, estariam cá outros” e por isso é que cá estamos nós. E sobre a tomada de decisões, quero dizer que fui formatado para tomar decisões e orgulho-me disso e nesse aspeto tenho uma admiração inabalável para tomar decisões que tenho feito ao longo da minha vida e, obviamente na Câmara Municipal também.

Enquanto ao horário não me compete a mim falar sobre isso, até porque não sou candidato no próximo mandato.

Agradeço mais uma vez a todos.

CONCLUSÃO DA ATA

E, não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Presidente da Mesa encerrada a sessão, eram doze horas e dez minuto, mandando que de tudo, para constar, se lavrasse a respetiva ata.

O Presidente da Assembleia Municipal,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

O 1.º Secretário,